



NEOENERGIA

BRASÍLIA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	27
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	28
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	29
BALANÇO PATRIMONIAL.....	30
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	33
NOTAS EXPLICATIVAS.....	34
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	92
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	93

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	414	151	174%
EBITDA	176	(154)	(214%)
Resultado Financeiro	(1)	32	(103%)
Lucro Líquido	81	246	(67%)

INDICADORES OPERACIONAIS			
Energia Injetada (GWh)	7.705	7.471	3,1%
Energia Distribuída (GWh)	6.705	6.412	4,6%
Número de Clientes (mil)	1.143	1.092	
DEC anualizado (horas)	8,91	8,45	
FEC anualizado (interrupções)	7,06	6,20	
Perdas Totais 12 meses (%)	12,73%	14,12%	

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2021	2020	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	3,16	0,33	2,83
EBITDA/Resultado Financeiro ³	176,00	4,81	171,19

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia distribuída de 6.705 GWh em 2021 (+4,6% vs. 2020), confirmando a retomada do mercado;
- EBITDA de R\$ 176 milhões em 2021 (+R\$ 330 milhões vs. 2020);
- Despesas operacionais controladas. Desconsiderando o PDV de R\$ 39 milhões em 2021, haveria uma redução de 2,4% vs. 2020, confirmando o *turnaround* que vem sendo realizado;
- Lucro Líquido de R\$ 81 milhões em 2021 (-R\$ 165 milhões vs. 2020);
- R\$ 199 milhões Capex em 2021;
- Perdas Totais (12 meses) em 2021 de 12,73%, com seguidas reduções desde o início da gestão da Neoenergia.

A NEOENERGIA BRASÍLIA APRESENTA OS RESULTADOS DE 2021 A PARTIR DE ANÁLISES GERENCIAIS QUE A ADMINISTRAÇÃO ENTENDE TRADUZIR DA MELHOR FORMA O NEGÓCIO DA COMPANHIA, CONCILIADA COM OS PADRÕES INTERNACIONAIS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (*INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS – IFRS*).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Orientados por uma estratégia sustentável de investimentos em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro, a Neoenergia entrega, em 2021, o EBITDA de R\$ 9,9 bilhões (+52%) e um Lucro Líquido de R\$ 3,9 bilhões (+40%). As grandes alavancas destes resultados são a recuperação de mercado, mesmo diante das incertezas quanto a evolução da pandemia mundial, e pelo impacto da inflação nas tarifas reguladas, os resultados refletem também a disciplina de custos e constante busca por eficiência. Verificamos um aumento de apenas 3% nas despesas operacionais¹ no ano, absorvendo grande parte dos efeitos da aceleração da inflação, além do aumento do portfólio de ativos em operação e da retomada da normalidade das atividades operacionais.

Com um investimento de R\$ 9,4 bilhões, sustentado por um robusto plano de captações e fontes de financiamento globais, expandimos e reforçamos nossas redes de distribuição, além de garantir o avanço dos projetos de geração de energia renovável e de transmissão.

Concluimos o parque eólico de Chafariz com 471MW, 92% já em operação comercial em 2021. Entregamos ao longo do ano os projetos de transmissão de Dourados, Santa Luzia e Jalapão, este último com operação comercial completa em 2022, todos com savings de capex e antecipação de mais de um ano em relação ao edital do leilão. Ampliamos nosso portfólio de transmissão, com a aquisição de um novo lote, desta vez em Minas Gerais e seguimos com o desenvolvimento de nossa carteira de projetos de renováveis eólicos e fotovoltaicos.

Incorporamos a Neoenergia Brasília em março e concluimos o processo de integração ainda em 2021. Com um investimento de R\$190 MM no Distrito Federal, iniciamos o turnaround da companhia, onde já alcançamos importantes resultados como a redução das perdas e aumento da arrecadação, além de importantes eficiências na operação.

Apresentamos um crescimento de mais de 6% no mercado de distribuição, alavancado pelo desempenho das classes comercial e industrial, e melhoramos a qualidade de serviço em todas as nossas distribuidoras. Com um plano estruturado de recuperação de energia reduzimos as perdas de energia em todas as nossas áreas de concessão, em especial na Neoenergia Pernambuco, que tem apresentado uma contínua trajetória decrescente.

Outro destaque é o desempenho de Neoenergia Termopernambuco que, durante a crise hídrica brasileira, foi despachada em sua capacidade máxima, contribuindo positivamente para os resultados de 2021 e reforçando sua importância na operação do sistema do Nordeste brasileiro. A maior geração termelétrica e a maior oferta de ventos, em períodos de poucas chuvas, mitigaram os efeitos de redução da geração hidrelétrica, reforçando a resiliência de nosso portfólio diversificado e integrado, e seu hedge natural.

O mercado brasileiro segue com avanços no ambiente regulatório como a redução de subsídios, o marco legal de geração distribuída, a regulamentação das usinas híbridas e, já em 2022 as definições sobre a cessão de áreas para geração eólica off shore. Neste contexto, temos investido na capacitação de equipes, desenvolvimento de expertise e parcerias estratégicas, além da integração da operação, com foco na otimização de projetos e a construção de soluções de tecnologia e engenharia. Em 2021 fechamos novas parcerias para o desenvolvimento de Hidrogênio Verde no Brasil.

Em um movimento estratégico diante da iminente liberalização de mercado, unificamos nossa marca Neoenergia, reforçando o compromisso de toda Neoenergia com o fornecimento de energia limpa, acessível e de qualidade e fortalecendo o modelo de negócios, fundamentado na gestão, eficiência, inovação e sustentabilidade. Ativamos o relacionamento com os clientes, ampliando a oferta de produtos e serviços, além de disponibilizarmos novos canais de atendimento e pagamento.

Acreditamos que as empresas podem, e devem, assumir um papel relevante no desenvolvimento nas regiões onde atuam. Para além de nosso papel de geração e fornecimento de energia, buscamos contribuir com a economia de nossas áreas de atuação. Temos um programa de desenvolvimento de fornecedores locais e sustentáveis, que já representam mais de 60% de todas as contratações, e Nossa Escola de Eletricistas, projeto reconhecido pela ONU

¹ Desconsiderando os efeitos da Neoenergia Brasília e os efeitos das arbitragens de 2020.

que muito nos orgulha, objetiva capacitar e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a formação de 1,7 mil pessoas e a geração de emprego de qualidade com aproveitamento de 95% dos formados em nosso projeto de internalização.

Para ampliar a diversidade e aumentar a relevância feminina em toda a sociedade e como impulso ao esporte, fechamos um contrato pioneiro de patrocínio a atletas da Seleção Brasileira de Futebol Feminino e ao Campeonato Feminino Brasileiro que leva o nome da Neoenergia, além disso promovemos a participação de mulheres nas Escolas de Eletricistas, e, internamente, temos ampliado a expressão feminina na liderança da Neoenergia.

Direcionado pelo nosso compromisso de desenvolvimento social, cultural e institucional, o Instituto Neoenergia investiu mais de R\$ 9 MM entre recursos próprios e incentivados. A atuação do Instituto, integrada ao modelo de negócios do grupo tem nos permitido importantes parcerias, como com BNDES para participação como fundador do Projeto Resgatando História.

Nossa estratégia e práticas sustentáveis nos destacam e nos fazem figurar entre importantes índices de sustentabilidade e governança, como FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Londres, o Sustainability Yearbook da S&P e o ISE Bovespa, além do reconhecimento com selo Proética pelo 4º ano consecutivo, expandindo também a certificação para nossas distribuidoras².

Para concluir gostaria de agradecer a todos os colaboradores de Neoenergia pela entrega e compromisso com os resultados e criação de valor para os nossos Acionistas. O ano 2022 nos apresenta novos desafios, mas contamos com os recursos e pessoas qualificadas para continuar as nossas entregas.

Mario José Ruiz-Tagle Larraín

Diretor-presidente da Neoenergia



1. A NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. – NEOENERGIA BRASÍLIA

A Neoenergia Brasília detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 33 municípios do Distrito Federal (DF), abrangendo uma área de concessão de 5,8 mil km². É uma Companhia de capital fechado, com 100% do seu capital detido pela Neoenergia.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%.

Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra o Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração.

Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi à 9,25%, no final de 2021.

² A exceção de Neoenergia Brasília.

Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em outubro de 2021, a Aneel aprovou a 5ª RTP da Neoenergia Brasília, com efeito médio para o consumidor de +11,10%, com vigor a partir de 22 de outubro.

A reversão do saldo remanescente da Conta-Covid, o uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, diferimento da compra de energia de Itaipu bem como o financeiro relativo à Bandeira Escassez Hídrica, contribuíram para redução do efeito médio ao consumidor.

A Parcela B, já líquida de outras receitas, atingiu R\$ 553,1 milhões (+0,37% considerando o mercado dos últimos 12 meses, já descontando receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos). O reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor aprovado foi de R\$ 1.144 milhões, a valores de setembro de 2021, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual de 11,71% sobre a energia injetada.

3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Perdas de Energia e Receitas Irrecuperáveis

Em dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a nova metodologia de perdas, atualizando-a com aprimoramentos que trouxeram avanços na modelagem especialmente na construção do ranking de complexidade, que passou a ser único (baseado em 138 modelos), e não mais pela média de 3 rankings/modelos. Houve também a ampliação do número de variáveis avaliadas para 17. Na proposta inicial de abertura da Consulta Pública considerava-se apenas 5 variáveis.

Outros aprimoramentos de destaque na atualização da metodologia foram: a definição do ponto de partida; a alteração do ano de referência no cálculo da meta passando a adotar média de 3 anos; o tratamento para empresas com meta superior ao ponto de partida; a redução do nível de perdas estruturais (limite mínimo); a elevação do limite da velocidade da trajetória de redução e o estabelecimento de regras específicas para áreas de risco, ASRO - Áreas com Severa Restrição Operativa.

Quanto ao tema de Receitas Irrecuperáveis, a ANEEL manteve a metodologia atual atualizando a base de dados (com a adoção de 4 anos, 2017 a 2020). A metodologia continua levando em consideração o ranking de complexidade sócio econômica, que foi atualizado nesta revisão da metodologia de perdas não técnicas.

3.3. Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras

Foi publicada em 26 de março a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho, foi prorrogada até 30 de setembro por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

3.4. Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21

A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

3.5. Liberalização do Mercado

Em dez/19, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 465 que reduziu os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia:

- A partir de 1º de janeiro de 2021, os consumidores com carga ≥ 1.500 kW;
- A partir de 1º de janeiro de 2022, os consumidores com carga ≥ 1.000 kW; e
- A partir de 1ª de janeiro de 2023, os consumidores com carga ≥ 500 kW.

Até 31 de janeiro de 2022, foram ser realizados estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Além disso, o Projeto de Lei 414/2021 (nº anterior: PLS 232/2016), do Senado, prevê a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando, dessa forma, o marco regulatório do setor elétrico possibilitando a criação de um mercado verdadeiramente livre no País. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL prevê que de imediato, os consumidores de cargas superiores a 3 mil kWh poderão escolher o fornecedor e que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores poderão optar pelo ambiente de livre contratação. Outra mudança é que os resultados das operações das concessionárias de distribuição de energia elétrica com excesso involuntário de energia, observados os mecanismos de ajuste de sobras e déficits de energia elétrica disponíveis e o princípio de máximo esforço, serão alocados a todos os consumidores dos ambientes de contratação regulada e livre, mediante encargo tarifário na proporcção do consumo de energia.



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2021 com 1.143 mil consumidores, 51 mil novos consumidores em relação a 2020 (+4,7%).

NEOENERGIA BRASÍLIA			Participação no Total %		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020	Dif.	%
Número de Consumidores (m ilhares)						
Residencial	1.006	959	88,0%	87,8%	47	4,9%
Industrial	1	1	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	118	115	10,3%	10,5%	3	2,6%
Rural	11	11	1,0%	1,0%	-	-
Outros	7	7	0,6%	0,6%	-	-
Total	1.143	1.092	100%	100%	51	4,7%

4.2. Evolução do Mercado

NEOENERGIA BRASÍLIA			Participação no Total %		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020	Dif.	%
Energia Distribuída (GWh)						
Residencial	2.458	2.383	45,7%	45,0%	75	3,1%
Industrial	63	64	1,2%	1,2%	(1)	(1,6%)
Comercial	1.494	1.481	27,8%	28,0%	13	0,9%
Rural	152	132	2,8%	2,5%	20	15,2%
Outros	1.216	1.230	22,6%	23,3%	(14)	(1,1%)
Total Energia Distribuída (Cativa)	5.383	5.290	80%	83%	93	1,8%
Mercado Livre + Suprimentos	1.322	1.122	19,7%	17,5%	200	17,8%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	6.705	6.412	100%	100%	293	4,6%

A energia distribuída (cativo + livre) foi de 6.705 GWh em 2021, +4,6% vs. 2020, influenciada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+4,7%) e pela retomada do mercado na área de concessão.

O consumo residencial registrou em 2021 um incremento de 3,1% vs. 2020, influenciado, majoritariamente, pelo aumento na base de clientes.

O segmento cativo da classe industrial ficou em linha com o ano anterior, porém, quando analisado juntamente com o mercado livre, o resultado é de um crescimento de 16,8% vs. 2020, explicado pelo retorno da atividade econômica, haja vista o maior consumo dos setores de construção civil e alimentos e bebidas.

A classe comercial cativa apresentou aumento de 0,9% em 2021, explicada por um cenário mais favorável da economia.

Na classe rural, observou-se crescimento de 15,2% em relação a 2020, explicado pelo melhor desempenho do agronegócio e maior demanda de irrigação.

As outras classes estão em linha com 2020.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 7.705 GWh em 2021, +3,1% vs. 2020, reflexo da retomada do crescimento na área de concessão.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	2021	2020	2021 x 2020	
			Dif	%
				
Mercado Cativo	5.383	5.290	93	1,8%
Mercado Livre + Suprimento	1.322	1.122	200	17,8%
Energia Distribuída (A)	6.705	6.412	293	4,6%
Energia Perdida (B)	941	1.061	(120)	(11,3%)
Não Faturado (C)	59	(2)	61	(3050%)
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	7.705	7.471	234	3,1%

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Aneel 21
	7,76%	7,47%	7,72%	7,63%	7,48%	6,36%	6,56%	6,14%	5,43%	5,25%	14,12%	14,03%	13,86%	13,06%	12,73%	11,63%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Aneel 21
	583	564	593	592	577	472	489	473	421	404	1.055	1.053	1.066	1.013	981	881

NOTAS: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T21 foram de 12,73%, quarto trimestre consecutivo de redução no índice, se aproximando do patamar regulatório de 11,63%, reflexo do turnaround que vem sendo realizado desde o início da gestão Neoenergia, com a intensificação das ações do plano de redução de perdas.

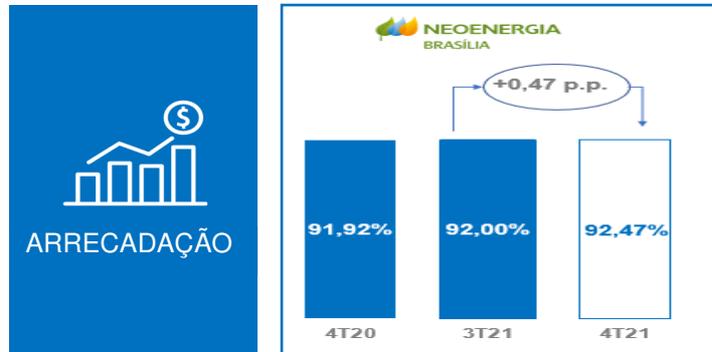
A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e em 2021 as principais ações foram:

- (i) Realização de mais de 46 mil inspeções, com recuperação de 90 GWh de energia;
- (ii) Regularização de 23 mil ligações clandestinas;
- (iii) Atuação contínua na Iluminação Pública, totalizando uma energia recuperada de 8,44 GWh.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo retrata o índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T21 atingiu 92,47%, acima do observado no 4T20 e 3T21, fruto da implementação da estratégia de ações de cobrança já existente no grupo Neoenergia, apesar de ainda estar fortemente impactado pelas meses anteriores à gestão Neoenergia, quando a antiga CEB-D se encontrava por força de uma ação civil pública impedida de realizar cortes em clientes residenciais. A nova gestão da Neoenergia, através de uma liminar, retomou tais ações a partir de Maio deste ano. Se considerarmos apenas os dez meses de gestão da Neoenergia, o índice de arrecadação foi de 93,38%.

PECLD/ ROB	2021	2020	Var.	Limite Regulatório
 ROB	4.082	3.442	18,59%	4.082
PECLD	(36)	55	(165,39%)	17
Inadimplência	(0,89%)	1,61%	(2,50 p.p.)	0,41%

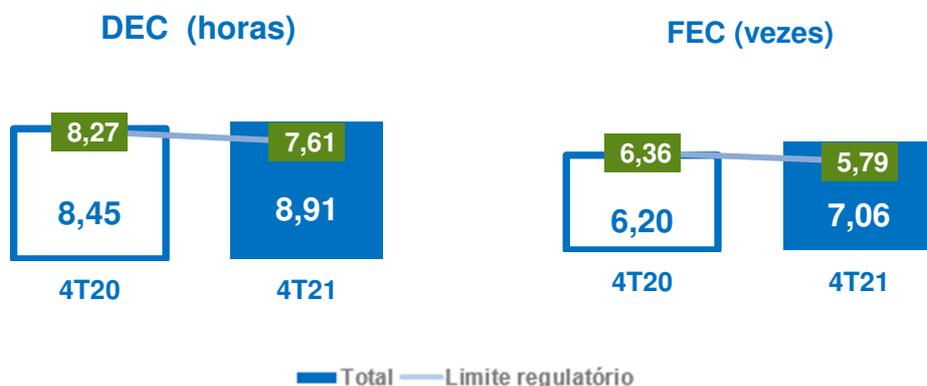
NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

No 4T21 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, conseqüentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- (i) 2,2 milhões de cobranças através de e-mail, SMS e URA;
- (ii) Implementação da Nova Matriz de Negociações na Neoenergia Brasília, padronizada com as demais empresas do Grupo Neoenergia.
- (iii) Negativações de 218 mil consumidores ligados ao SPC, Serasa Experian e Boa Vista;
- (iv) Realização de 16 mil suspensões de fornecimento realizadas nos clientes comerciais e industriais;
- (v) Protesto de 7,4 mil títulos através dos cartórios;
- (vi) Cobrança terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- (vii) Utilização de novas tecnologias visando de aumentar os meios de pagamento.
- (viii) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público por meio da parametrização do processo de cobrança;

4.6. DEC e FEC

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição. No caso da Neoenergia Brasília, os indicadores do 4T21 encontram-se impactados pelas fortes chuvas que ocorreram na região no final do ano.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva. Dados de Neoenergia Brasília anteriores a 02/03/21 são meramente para efeito comparativo.



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	2021	2020	Variação	
			R\$	%
Receita Líquida	3.748	2.542	1.206	47%
Custos Com Energia	(3.329)	(2.397)	(932)	39%
Margem Bruta s/ VNR	419	145	274	189%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	(5)	6	(11)	(183%)
Margem Bruta	414	151	263	174%
Despesa Operacional	(283)	(250)	(33)	13%
PECLD	45	(55)	100	(182%)
EBITDA	176	(154)	330	(214%)
Depreciação	(57)	(50)	(7)	14%
Resultado Financeiro	(1)	32	(33)	(103%)
IR CS	(37)	418	(455)	(109%)
LUCRO LÍQUIDO	81	246	(165)	(67%)

A Neoenergia Brasília encerrou 2021 com Margem Bruta de R\$ 414 milhões (+174% vs. 2020), explicado, principalmente, pela retomada da economia, pelo aumento médio de 11,1% da revisão tarifária de outubro/21, pelo reajuste tarifário de 2020 e pelo incremento da base de clientes.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 283 milhões em 2021 (+13% vs. 2020), impactado principalmente pelo Plano de Demissão Voluntário (PDV) no valor de R\$ 39 milhões. Desconsiderando este valor, haveria uma redução de 2,4% em relação ao ano passado, reflexo do turnaround que vem sendo realizado.

Resultados em 31 de dezembro de 2021
Publicado em 17 de fevereiro de 2022

Em 2021, a PECLD foi positiva em R\$ 45 milhões, em razão do maior volume das atividades de cobrança em 2021 e da adequação da metodologia já praticada pelo grupo Neoenergia. Passamos a adotar um provisionamento baseado no histórico do comportamento de pagamento, por classe de cliente (aging) dos últimos 60 meses, estruturado em 4 carteiras: (i) carteira não parcelada, (ii) carteira parcelada, (iii) carteira Fraude (faturamento retroativo resultante das ações de inspeção de combate às perdas) e (iv) carteira Jurídica (dívidas vencidas que passam a ser tratadas judicialmente). Anteriormente, a CEB-D tinha uma política de provisionar uma elevada parcela do saldo devedor não pago, haja vista que ficou praticamente um ano sem ações de cobrança, a adequação à metodologia da Neoenergia permitiu os atuais patamares de PECLD.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 176 milhões em 2021, ante -R\$154 milhões em 2020.

Os impostos totalizaram R\$ 37 milhões em 2021, ante uma reversão de R\$ 418 milhões em 2020, sendo referente ao reconhecimento de impostos diferidos acumulados até dezembro de 2020. Essa constituição foi feita visando adequar à metodologia já praticada pelo grupo Neoenergia, já que a antiga administração da CEB-D não fazia constituição de diferidos.

O Lucro Líquido em 2021 foi de R\$ 81 milhões (vs. R\$ 246 milhões em 2020).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	2021	2020	Variação	
			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	81	246	(165)	(67%)
Despesas financeiras (B)	(75)	(105)	30	(29%)
Receitas financeiras (C)	80	137	(57)	(42%)
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(6)	-	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social (E)	(37)	418	(455)	(109%)
Depreciação e Amortização (F)	(57)	(50)	(7)	14%
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	176	(154)	330	(214%)

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	2021	2020	Variação	
			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	9	5	4	80%
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(34)	(24)	(10)	42%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	24	51	(27)	(53%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	71	86	(15)	(17%)
Variações monetárias e cambiais - outros	2	-	2	-
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(9)	(4)	(5)	125%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	3	37	(34)	(92%)
Obrigações pós emprego	(13)	(15)	2	(13%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(30)	(53)	23	(43%)
Total	(1)	32	(33)	(103%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1 milhão em 2021 (vs. R\$ 32 milhões em 2020), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do CDI (representa 100% do endividamento da

Companhia) e pela redução ativo financeiro setorial, ocasionada pela mudança de metodologia após a incorporação pela Neoenergia.

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2021 e 2020:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD ¹	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA ²	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).



6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Brasília realizou Capex de R\$ 199 milhões em 2021, conforme tabela abaixo.

INVESTIMENTOS REALIZADOS		NEOENERGIA BRASÍLIA	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)	4T21	2021	
Expansão de Rede	(13)	(41)	17%
Novas Ligações	(3)	(12)	
Novas SE's e RD's	(11)	(30)	
Renovação de Ativos	(10)	(25)	12%
Melhoria da Rede	(20)	(39)	20%
Perdas e Inadimplência	(8)	(12)	6%
Outros	(59)	(91)	46%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(28)	(96)	
(=) Investimento Bruto	(139)	(304)	
SUBVENÇÕES	1	8	
(=) Investimento Líquido	(139)	(295)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	28	96	
(=) CAPEX	(111)	(199)	
BAR	(59)	(91)	44%
BRR	(52)	(117)	56%

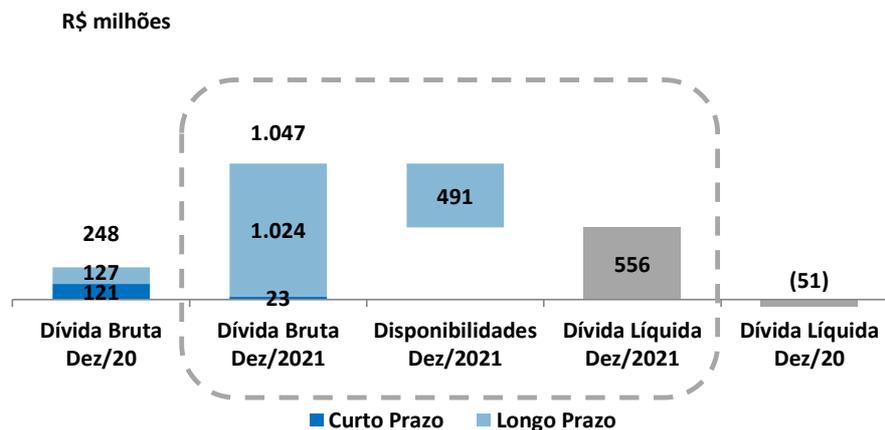
Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.



7. ESTRUTURA DE CAPITAL

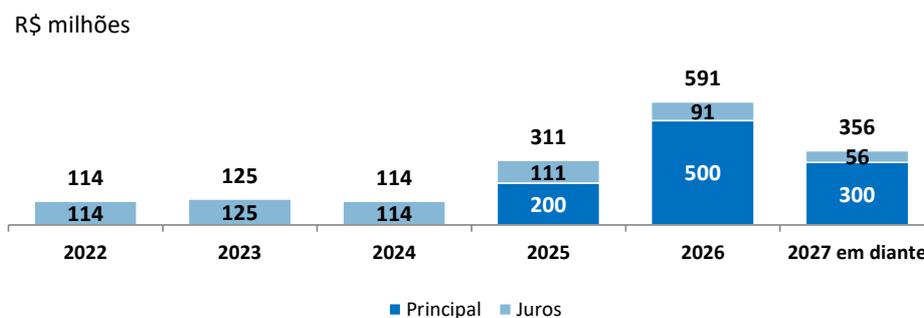
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 556 milhões (dívida bruta de R\$ 1.047 milhões), apresentando um crescimento de R\$ 607 milhões em relação a dezembro de 2020. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 97,8% da dívida contabilizada no longo prazo e 2,2% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.





8. OUTROS TEMAS

8.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	2021	2020	2021 x 2020	
			Dif.	%
Convencional	969	948	21	2,2%
Baixa Renda	37	12	25	208,3%
Total	1.006	959	47	4,9%

8.2. Práticas de Gestão

8.2.1. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Brasília reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por sete representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando necessário.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

8.2.2. Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021 o Grupo Neoenergia investiu mais de R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização de 1.127,253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricitistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricitista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricitistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contando com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022.

9. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

9.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia, norteado pelo seu propósito, valores e sistema de governança, integra em sua estratégia os aspectos ASG além dos ODS e os Princípios do Pacto Global da ONU. Nessa direção, cumpre o seu compromisso com um modelo de energia elétrica sustentável e acessível, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental junto aos seus stakeholders.

Como parte dessa evolução contínua, assumimos o compromisso com as seguintes metas: (i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO₂ por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050; (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030; (iii) alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.

Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra às mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (<https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/>).

9.2. Inovação

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Este compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, Integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de inovação aberta, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.

Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano.

Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o “Conexão Digital”, cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autosserviço de Religação, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhoria dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsys do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: eles são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.

Por fim, em open innovation, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

9.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a de assessoria -que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

9.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, cocriando práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integraram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

9.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Brasília tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2021 contou com investimento de cerca de R\$ 11,1 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- a. Execução de projetos com ação em comunidades com troca de mais de 82 mil lâmpadas por LED e 2.581 refrigeradores para consumidores residenciais baixa renda;
- b. Projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 814 professores e 25,5 mil alunos da área de concessão da Neoenergia Brasília sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica;
- c. Projetos de Eficientização de prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 8 unidades em Brasília, totalizando 789 lâmpadas substituídas, 1 ar condicionado e 5 usinas solares fotovoltaicas, totalizando 1,1 MWp instalado.

9.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2021, foram destinados R\$ 6,1 milhões para projetos de P&D. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes: destacam-se os projetos (i) “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes” que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros; (ii) projeto “Conexão Digital”, que oferece canais digitais mais inteligentes para transformar a experiência do cliente; e (iii) projeto “Antenas Inteligentes”, que visa desenvolver um sistema eletrônico confiável para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves de distribuição.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto “Microrredes” que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Neoenergia Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (ii) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminhão elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destacam-se os projetos (i) “Poda com Braço Robótico” que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota; e (ii) “Segurança de Barragens”, que consiste no desenvolvimento de um sistema inovador georreferenciado para gerenciamento inteligente do Plano de Segurança de Barragens.

Recuperação de Energia: destacam-se os projetos (i) “Sensor Inteligente para 69 kV” cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas; e (ii) GODEL Analytics, que consiste em um visualizador de big data, no qual é possível consultar resultados de perdas, e cruzá-los com informações técnicas e comerciais, enriquecendo a análise e criando inteligência para o negócio.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de “Qualímetro com oscilografia contínua”, que possibilita a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e contribui para o sistema de localização de defeitos de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

10. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. Em 2021 a Neoenergia Brasília recebeu o Prêmio Aneel de Qualidade 2020. Com base em Pesquisa IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) realizada com os clientes da Região Centro-Oeste, a distribuidora foi oficialmente reconhecida como a melhor empresa da região no setor.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde março de 2021 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes. Assim, as Demonstrações Financeiras – DFs da Companhia, relativa ao exercício de 2021, foram auditadas pela DELOITTE.

A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2021, no montante de R\$ 425 mil: revisões das Demonstrações Financeiras anuais, auditoria das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco à independência. A Neoenergia Brasília ressalta que a DELOITTE não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2021.

12. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2021 será publicado até 15 de março de 2022 no site da companhia (www.neoenergia.com). O desempenho da Neoenergia em aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança é divulgado anualmente desde 2004 e, a partir de 2010, passou a ser informado com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, o documento considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, assim como requisitos do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). E este ano, o relatório adiciona as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). A edição anterior, relativa ao ano de 2020, foi publicada em março de 2021.

13. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Brasília apresenta os resultados de 2021 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Resultados em 31 de dezembro de 2021
Publicado em 17 de fevereiro de 2022

Memória de Cálculo	Ano atual	Ano anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	12M21	12M20	
(+) Receita líquida	3.798	2.593	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(4)	(6)	Nota 3
(-) Outras receitas	(55)	(46)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	3.739	2.542	
(+) Custos com energia elétrica	(3.023)	(2.351)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	-	-	Nota 5
(+) Custos de construção	(306)	(46)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(3.329)	(2.397)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	4	6	Nota 3
= MARGEM BRUTA	414	151	
(+) Custos de operação	(138)	(212)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(105)	(54)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administ	(152)	(79)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	57	50	Nota 6
(+) Outras receitas	55	46	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(283)	(250)	
(+) PECLD	45	(55)	Demonstrações de resultado
EBITDA	176	(154)	
(+) Depreciação e Amortização	(57)	(50)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(1)	32	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(37)	418	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	81	246	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.


DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Neoenergia Brasília" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Brasília e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Brasília.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Brasília sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia Distribuição Brasília S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica, que inclui também a receita referente a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, sendo reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita relacionada ao fornecimento de energia não faturada correspondente à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, bem como a subjetividade de determinadas premissas utilizadas pela Companhia na mensuração da receita de fornecimento de energia não faturada.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; (c) procedimentos analíticos substantivos por meio de análises de correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) avaliação se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita de fornecimento de energia não faturada foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente exatos; (e) avaliação se as premissas significativas utilizadas no cálculo da receita de fornecimento de energia não faturada foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria identificamos um ajuste imaterial relacionado ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia não faturada, o qual não foi corrigido pela Diretoria, e uma deficiência no desenho do controle de revisão do cálculo da receita de fornecimento de energia não faturada relacionada a metodologia de cálculo não ter sido aplicada de forma consistente com a política do grupo, que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 12 e 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e a norma internacional IFRS 15 "Revenue from Contracts with Customers" e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não

será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$148 milhões, R\$161 milhões e R\$880 milhões. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (a) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas relevantes ocorridas no exercício; (b) verificação dos índices utilizados e da acuracidade matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; (c) a avaliação dos resultados do último reajuste tarifário periódico e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia; e (d) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação das informações financeiras comparativas

Sem modificar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras que menciona que a Companhia decidiu reapresentar as informações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2020 em decorrência dos assuntos descritos na referida nota explicativa, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e na norma internacional IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors".

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos, não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 16 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receita operacional, líquida	3	3.798	2.593
Custos dos serviços		(3.467)	(2.609)
Custos com energia elétrica	4	(3.023)	(2.351)
Custos de construção	5	(306)	(46)
Custos de operação	6	(138)	(212)
Lucro bruto		331	(16)
Recuperação (Perdas) de créditos esperadas		45	(55)
Despesas com vendas	6	(105)	(54)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(152)	(79)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		119	(204)
Resultado financeiro	7	(1)	32
Receitas financeiras		80	137
Despesas financeiras		(75)	(105)
Outros resultados financeiros, líquidos		(6)	-
Lucro antes dos tributos		118	(172)
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(37)	418
Corrente		(11)	-
Diferido		(26)	418
Lucro líquido do exercício		81	246
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		0,10	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	81	246
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	(7)	46
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	2	(15)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(5)	31
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(11)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	8	-
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	(12)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(15)	-
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(20)	31
Resultado abrangente do exercício	61	277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	81	246
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	62	55
Baixa de ativos não circulantes	11	22
Tributos sobre o lucro	37	(418)
Resultado financeiro, líquido	1	(32)
Valor de reposição estimado da concessão	5	(6)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(184)	103
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(57)	294
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(8)	(8)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(157)	211
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(100)	(346)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4)	(4)
Outros ativos e passivos, líquidos	60	49
Caixa líquido proveniente das operações	(253)	166
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(8)	(24)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(4)	-
Rendimento de aplicação financeira	9	5
Tributos sobre o lucro pagos	-	(20)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(256)	127
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(304)	(49)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(3)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	1	9
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(306)	(40)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.000	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(250)	(140)
Obrigações especiais	5	3
Pagamento de principal - Arrendamentos	(3)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	752	(137)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	190	(50)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	299	349
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	489	299
Transações que não envolveram caixa:		
Redução de capital	179	-
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	2	-
Arrendamentos capitalizados	3	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAISEm 31 de dezembro de 2021, 2020 e 01 de janeiro de 2020
(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	489	299	349
Contas a receber de clientes e outros	10	842	539	574
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	72	67	33
Outros tributos a recuperar	8.2.1	10	4	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	201	-	22
Outros ativos circulantes		83	262	39
Total do circulante		1.697	1.171	1.017
Não circulante				
Contas a receber de clientes e outros	10	35	83	65
Títulos e valores mobiliários		2	-	9
Outros tributos a recuperar	8.2.1	53	5	6
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	403	419	16
Depósitos Judiciais	16	23	23	19
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	161	135	151
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	148	125	81
Investimentos em participação societária		-	-	274
Direito de uso		1	-	-
Intangível	13	880	727	801
Total do não circulante		1.706	1.517	1.422
Total do ativo		3.403	2.688	2.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e e 01 de janeiro de 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2020 (Reapresentado)</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	466	535	241
Empréstimos e financiamentos	15.2	19	121	127
Passivo de arrendamento		1	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	4	-	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	58	58	28
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)		-	149	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	228	171	529
Provisões	16	5	12	11
Outros passivos circulantes	17	87	48	36
Total do circulante		868	1.094	972
Não circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	12	-	-
Empréstimos e financiamentos	15.2	996	127	261
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	28	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	159	290	308
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	203	137	69
Provisões	16	106	94	92
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	79	67	121
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	295	105	102
Outros passivos não circulantes	17	2	1	3
Total do não circulante		1.880	821	956
Patrimônio líquido		655	773	511
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.403	2.688	2.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	884	92	(66)	(399)	511
Aumento de capital	92	(92)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	246	246
Equacionamento previdenciário - Plano BD	-	-	-	(15)	(15)
Outros resultados abrangentes	-	-	31	-	31
31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	976	-	(35)	(168)	773
Redução de capital	(179)	-	-	-	(179)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	81	81
Outros resultados abrangentes	-	-	(20)	-	(20)
31 de dezembro de 2021	797	-	(55)	(87)	655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	5.442	4.013
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	45	(55)
	<u>5.487</u>	<u>3.958</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.612)	(2.197)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(689)	(380)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(456)	(87)
	<u>(3.757)</u>	<u>(2.664)</u>
Valor adicionado bruto	1.730	1.294
Depreciação e amortização	(62)	(55)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.668	1.239
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	136	141
Valor adicionado total a distribuir	1.804	1.380
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário)	88	107
Encargos sociais (exceto INSS)	8	11
Benefícios	47	80
(-) Transferências para ordens	(25)	(11)
Outros	40	34
	<u>158</u>	<u>221</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	23	31
ICMS	817	690
PIS/COFINS	139	126
Tributos sobre o lucro	37	(418)
Obrigações intrassetoriais	412	374
Outros	4	5
	<u>1.432</u>	<u>808</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e alugueis	133	105
	<u>133</u>	<u>105</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	81	246
	<u>81</u>	<u>246</u>
Valor adicionado distribuído	1.804	1.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 04 de dezembro de 2020, a Bahia Geração de Energia S.A. (“Bahia PCH III”), sagrou-se vencedora do Leilão nº 01/2020-CEB-D, que teve como objeto a desestatização da distribuidora de energia elétrica CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”).

Em 14 de janeiro de 2021 a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu parecer pela aprovação da aquisição das ações representativas de 100% do capital social da CEB-D pela Bahia PCH III.

Em 22 de janeiro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio de despacho nº 154 decidiu aprovar previamente a transferência do controle societário da CEB-D, que passou a ser controlada pela Bahia PCH III, uma subsidiária da Neoenergia S.A.

Em 02 de março de 2021, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no edital do Leilão nº 01/2020 – CEB-D (“Leilão”), a Bahia Geração de Energia S.A. e a Companhia Energética de Brasília efetivaram a liquidação do Leilão, mediante a celebração do contrato de compra e venda de ações, o pagamento do preço de aquisição e a transferência das ações, de modo que a Bahia PCH III passou a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão da CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”).

Em 07 de junho de 2021 foi realizada Assembléia Geral para alteração da razão social da CEB-D, que passou a se chamar Neoenergia Brasília.

A Neoenergia Distribuição Brasília (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede no Distrito Federal – Brasília - Brasil, é sociedade anônima de capital fechado, e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Distrito Federal abrangendo uma área de concessão de 5.780 km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 66/1999 - ANEEL com vencimento em 2045.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia e do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, e considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

1.1.1.1 Gestão de risco de mercado

Risco da taxa de câmbio e preços de *commodities*

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

1.1.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2c).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.1.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em

escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional (1)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas	AA3	A+	A+
Bradesco		AAA	AAA
Caixa Econômica Federal		AAA	AA
Citibank			AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú			AAA
Santander	AAA		
BNDES		AAA	
Votorantim		AAA	
Safra		AAA	

(1) Bank of America, Scotiabank, MUFG, Morgan Stanley and Sumitomo possuem ratings apenas em escala global.

1.1.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Período da vigência	Importância segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	44
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30/12/2021 a 31/05/2022	759
Veículos – Operacional	09/03/2021 a 31/05/2022	1
D&O	23/08/2021 a 23/08/2022	150

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de fevereiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado à concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
21.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.6 Reapresentação de saldos comparativos

As Demonstrações Financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, objetivando uma melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, em consonância com o “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020 e as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujas demonstrações financeiras foram originalmente emitidas em 01 de março de 2021, estão sendo reapresentados, conforme apresentados abaixo:

2.6.1 Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2020

		31/12/2020				
Ref.	Publicado	Reclassi- ficação (a)	Reclassificado	Ajustes	Reapresentado	
Receita bruta	(b) 4.165	12	4.177	(164)	4.013	
(-) Deduções da receita bruta	(c) (1.410)	-	(1.410)	(10)	(1.420)	
Receita operacional líquida	2.755	12	2.767	(174)	2.593	
Custos dos serviços	(2.555)	-	(2.555)	(54)	(2.609)	
Custo com energia elétrica	(d) (2.300)	-	(2.300)	(51)	(2.351)	
Custo de operação	(e) (209)	-	(209)	(3)	(212)	
Custo de Construção	(46)	-	(46)	-	(46)	
Lucro bruto	200	12	212	(228)	(16)	
Perdas de crédito esperadas	(35)	(20)	(55)	-	(55)	
Despesas com vendas	(75)	21	(54)	-	(54)	
Despesas gerais e administrativas	(66)	(13)	(79)	-	(79)	
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	24	-	24	(228)	(204)	
Receita Financeira	158	(21)	137	-	137	
Despesa financeira	(126)	21	(105)	-	(105)	
Lucro antes dos impostos	56	-	56	(228)	(172)	
Imposto de renda e contribuição social	(f) 302	-	302	116	418	
Corrente	(16)	-	(16)	16	-	
Diferido	318	-	318	100	418	
Lucro líquido do exercício	358	-	358	(112)	246	

(a) Reclassificação entre contas para fins de melhor apresentação.

- (b) • Reconhecimento do passivo oneroso MVE -R\$ 91;
• Reconhecimento na competência de multa devolução consumidor decorrente de penalidades regulatórias -R\$ 7;
• Baixa saldo remanescente conta COVID (reajuste 2020) -R\$ 28;
• Recálculo da receita não faturada -R\$ 35; e
• Outros ajustes de receita -R\$ 3.

- (c) • Estorno crédito PIS/COFINS sobre serviços -R\$ 11; e
• Recálculo P&D e PEE, correção da atualização financeira e ajuste Procel R\$ 1.

(d) Reconhecimento de custos e encargos de energia na competência -R\$ 51.

- (e) • Reclassificação de projetos para custeio -R\$ 1;
• Reconhecimento de serviços de terceiros na competência -R\$ 1; e
• Baixa saldo sem movimentação e sem perspectiva de realização -R\$ 1.

(f) Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados R\$ 116.

2.6.2 Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020

Ref.	31/12/2020		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	358	(112)	246
Outros resultados abrangentes			
Ganhos e perdas atuariais líquido	46	-	46
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(a) -	(15)	(15)
Outros resultados abrangentes	404	(127)	277

(a) Efeito do imposto sobre o atuarial.

2.6.3 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020

Ref.	31/12/2020		
	Reclassificado	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(a) 159	(32)	127
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(b) (199)	159	(40)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(c) (10)	(127)	(137)
Varição líquida de caixa	(50)	-	(50)

(*) A demonstração do fluxo de caixa originalmente publicada foi apresentada pelo método direto. Na reapresentação, essa demonstração está sendo apresentada pelo método indireto, conforme modelo adotado pela Neoenergia.

- (a) • Obrigações especiais -R\$ 3; e
 • Reclassificação do imobilizado -R\$ 29.
- (b) • Obrigações especiais R\$ 130; e
 • Reclassificação do imobilizado R\$ 29.
- (c) Obrigações especiais -R\$ 127.

2.6.4 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020

		31/12/2020				
Ref.	Publicado	Reclassi- ficação (a)	Reclassificado	Ajustes	Reapresentado	
ATIVO						
CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros	(b)	602	(25)	577	(38)	539
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(c)	86	(61)	25	42	67
Outros tributos a recuperar	(d)	-	61	61	(57)	4
Estoques		10	(10)	-	-	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		355	(355)	-	-	-
Bens destinados à venda/operação descontinuada		5	(5)	-	-	-
Outros ativos circulantes	(f)	305	(29)	276	(14)	262
Outros ativos circulantes sem impactos		299	-	299	-	299
TOTAL DO CIRCULANTE		1.662	(424)	1.238	(67)	1.171
NÃO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições sociais diferidos	(g)	347	(69)	278	141	419
Depósitos judiciais	(h)	26	-	26	(3)	23
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(i)	-	126	126	(1)	125
Outros ativos não circulantes	(j)	1	-	1	(1)	-
Outros ativos não circulantes sem impactos		223	-	223	-	223
Imobilizado	(k)	45	-	45	(45)	-
Intangível	(k)	808	(126)	682	45	727
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.450	(69)	1.381	136	1.517
TOTAL DO ATIVO		3.112	(493)	2.619	69	2.688

31/12/2020					
Ref.	Publicado	Reclassi- ficação (a)	Reclassificado	Ajustes	Reapresentado
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	(l) 347	-	347	188	535
Empréstimos e financiamentos	(m) 54	-	54	1	55
Salários e encargos a pagar	47	2	49	-	49
Benefício pós-emprego e outros benefícios	8	1	9	-	9
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	51	(51)	-	-	-
Encargos setoriais	(n) 12	9	21	(1)	20
Imposto de renda e contribuição social a recolher	149	(149)	-	-	-
Outros tributos a recolher	(o) -	149	149	2	151
Contribuição de iluminação pública	45	(45)	-	-	-
Provisões	(p) 10	-	10	2	12
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(e) 495	(356)	139	10	149
Outros passivos circulantes	(q) 24	18	42	6	48
Outros passivos circulantes sem impactos	66	-	66	-	66
TOTAL DO CIRCULANTE	1.308	(422)	886	208	1.094
NÃO CIRCULANTE					
Encargos setoriais	(n) 88	-	88	16	104
Impostos e contribuições a recolher	256	(70)	186	-	186
Ressarcimento à consumidores – tributos federais	(r) 136	-	136	1	137
Provisões	(p) 61	-	61	33	94
Obrigações vinculadas a concessão	1	(1)	-	-	-
Outros passivos não circulantes sem impactos	300	-	300	-	300
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	842	(71)	771	50	821
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Reservas de Lucro	(t) 39	-	39	(39)	-
Outros resultados abrangentes	(s) (53)	-	(53)	18	(35)
Prejuízo acumulado	(u) -	-	-	(168)	(168)
Outros patrimônios líquidos sem impactos	976	-	976	-	976
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	962	-	962	(189)	773
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.112	(493)	2.619	69	2.688

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



		01/01/2020				
Ref.	Publicado	Reclassi- ficação (a)	Reclassificado	Ajustes	Reapresentado	
ATIVO						
CIRCULANTE						
	576	(1)	575	(1)	574	
Contas a receber de clientes e outros						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25	(18)	7	26	33	
Outros tributos a recuperar	-	14	14	(14)	-	
Estoques	10	(10)	-	-	-	
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	503	(499)	4	18	22	
Bens destinados à venda/operação descontinuada	2	(2)	-	-	-	
Outros ativos circulantes	98	(47)	51	(12)	39	
Outros ativos circulantes sem impactos	349	-	349	-	349	
TOTAL DO CIRCULANTE	1.563	(563)	1.000	17	1.017	
NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	-	9	9	-	9	
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	16	16	
Depósitos judiciais	22	-	22	(3)	19	
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	82	82	(1)	81	
Outros ativos não circulantes	10	(9)	1	(1)	-	
Outros ativos não circulantes sem impactos	496	-	496	-	496	
Imobilizado	70	-	70	(70)	-	
Intangível	813	(82)	731	70	801	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.411	-	1.411	11	1.422	
TOTAL DO ATIVO	2.974	(563)	2.411	28	2.439	

01/01/2020						
Ref.	Publicado	Reclassi- ficação (a)	Reclassificado	Ajustes	Reapresentado	
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	(l)	196	-	196	45	241
Empréstimos e financiamentos	(m)	99	-	99	1	100
Salários e encargos a pagar		22	6	28	-	28
Benefício pós-emprego e outros benefícios		4	(4)	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		62	(62)	-	-	-
Encargos setoriais		14	28	42	-	42
Imposto de renda e contribuição social a recolher		457	(457)	-	-	-
Outros tributos a recolher	(o)	-	454	454	33	487
Contribuição de iluminação pública		45	(45)	-	-	-
Provisões	(p)	9	-	9	2	11
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		499	(499)	-	-	-
Outros passivos circulantes	(q)	20	17	37	(1)	36
Outros passivos circulantes sem impactos		27	-	27	-	27
TOTAL DO CIRCULANTE		1.454	(562)	892	80	972
NÃO CIRCULANTE						
Encargos setoriais	(n)	70	-	70	16	86
Impostos e contribuições a recolher		262	(40)	222	-	222
Impostos e contribuições sociais diferidos	(g)	-	40	40	(40)	-
Provisões	(p)	59	-	59	33	92
Obrigações vinculadas à concessão		1	(1)	-	-	-
Outros passivos não circulantes sem impactos		556	-	556	-	556
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		948	(1)	947	9	956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Outros resultados abrangentes	(s)	(99)	-	(99)	34	(65)
Prejuízo acumulado	(u)	(305)	-	(305)	(95)	(400)
Outros patrimônios líquidos sem impactos		976	-	976	-	976
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		572	-	572	(61)	511
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.974	(563)	411	28	2.439

(a) Reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.

(b) • Recálculo da receita não faturada -R\$ 35 (31/12/2020); e
• Outros ajustes de contas a receber -R\$ 1 (01/01/2020) e -R\$ 2 (31/12/2020).

(c) Reclassificação pelo líquido entre o imposto a recolher e a recuperar (01/01/2020 e 31/12/2020).

(d) • Estorno crédito PIS/COFINS sobre serviços -R\$ 44 (01/01/2020) e -R\$ 10 (31/12/2020);
• Baixa de créditos de ISS a Recuperar prescritos -R\$ 1 (01/01/2020);

- Saldos de migração Sistema Evoluz, anterior a 2015, sem realização -R\$ 1 (01/01/2020);
 - Reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar R\$ 32 (01/01/2020).
 - Estorno da reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar -R\$ 32 (31/12/2020); e
 - Outros -R\$1 (31/12/2020).
- (e) • Sobrecontratação energia 100% (MCP 2018) -R\$ 18 (01/01/2020); e
- Baixa saldo remanescente conta COVID (reajuste) R\$ 28 (31/12/2020).
- (f) • Baixa de saldos sem movimentação e sem perspectiva de realização, -R\$ 12 (01/01/2020) e -R\$ 2 (31/12/2020).
- (g) • Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados R\$ 16 (01/01/2020) e R\$ 125 (31/12/2020);
- Reclassificação pelo líquido entre ativo e passivo -R\$ 40 (01/01/2020); e
 - Estorno da reclassificação pelo líquido entre ativo e passivo R\$ 40 (31/12/2020).
- (h) Baixa depósitos judiciais sem identificação de Instituição Financeira e/ou Processo judicial associado (01/01/2020).
- (i) Apropriação de Mão de Obra Própria - MOP em Projetos de investimentos (01/01/2020).
- (j) Baixa de diversos pagamentos feitos pela CEB Distribuidora, em nome da CEB Holding, sem perspectiva de realização (01/01/2020).
- (k) Reclassificação entre imobilizado e intangível em atendimento ao IFRIC 12 -R\$ 25 (31/12/2020) e R\$ 70 (01/01/2020).
- (l) • Reconhecimento de custos e encargos de energia pela competência R\$ 45 (01/01/2020) e R\$ 51 (31/12/2020);
- Reconhecimento do passivo oneroso MVE R\$ 91 (31/12/2020); e
 - Outros ajustes de fornecedores R\$ 1 (31/12/2020).
- (m) Reconhecimento de Encargos Financeiros sobre empréstimos (01/01/2020).
- (n) Recálculo P&D e PEE, correção da atualização financeira e ajuste Procel -R\$ 16 (01/01/2020).
- (o) • Reversão obrigação ICMS a Recolher Diferença de Alíquota (DIFAL) -R\$ 2 (01/01/2020);
- Reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar R\$ 32 (01/01/2020);
 - Estorno reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar -R\$ 32 (31/12/2020);
 - INSS empregados - baixa de valores de exercícios anteriores a 2019 R\$ 3 (01/01/2020); e
 - Outros ajustes R\$ 1 (31/12/2020).
- (p) Adequação das provisões para contingências à expectativa de risco e decisões judiciais à época R\$ 35 (01/01/2020).
- (q) • Obrigações diversas sem perspectiva de realização -R\$ 1 (01/01/2020); e
- Reconhecimento na competência da multa devolução consumidor decorrente de penalidades regulatórias R\$ 7 (31/12/2020).
- (r) Atualização Monetária sobre créditos a ressarcir a consumidores.
- (s) Imposto diferido sobre o atuarial R\$ 34 (01/01/2020) e -R\$ 16 (31/12/2020).

(t) Utilização da reserva de lucro em virtude do prejuízo do exercício.

(u) Efeito total de todos os ajustes realizados líquido de imposto -R\$ 95 (01/01/2020) e -R\$ 73 (31/12/2020).

2.6.5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020

	31/12/2020				Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros / (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (publicado)	976	39	(53)	-	962
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura	-	-	34	(95)	(61)
Efeito dos ajustes realizados no resultado do exercício	-	-	-	(112)	(112)
Equacionamento previdenciário - Plano BD	-	-	(16)	-	(16)
Reserva de lucro	-	(39)	-	39	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	976	-	(35)	(168)	773

	01/01/2020				Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros / (prejuízos) acumulados	
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (publicado)	884	92	(99)	(305)	572
Efeito dos ajustes realizados no resultado do exercício	-	-	-	(95)	(95)
Equacionamento previdenciário - Plano BD	-	-	34	-	34
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	884	-	(65)	(400)	511

2.6.6 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2020

	Ref.	31/12/2020				Reapresentado
		Publicado	Reclassificação (a)	Reclassificado	Ajustes	
Valor adicionado líquido	(b)	1.710	(252)	1.458	(219)	1.239
Receitas financeiras		158	(17)	141	-	141
Valor adicionado total a distribuir		1.868	(269)	1.599	(219)	1.380
Pessoal		240	(19)	221	-	221
Impostos taxas e contribuições	(c)	768	147	915	(107)	808
Obrigações intrassetoriais		375	(375)	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros		127	(22)	105	-	105
Remuneração de capitais próprios	(d)	358	-	358	(112)	246
Valor adicionado total a distribuir		1.868	(269)	1.599	(219)	1.380

- (a) Reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.
- (b) • Reconhecimento passivo oneroso MVE -R\$ 91;
• Reconhecimento na competência de multa devolução consumidor decorrente de penalidades regulatórias -R\$ 7;
• Baixa saldo remanescente conta COVID (reajuste 2020) -R\$ 28;
• Reconhecimento custos e encargos de energia na competência -R\$ 51;
• Recálculo da receita não faturada -R\$ 35; e
• Outros ajustes -R\$ 7.
- (c) • Efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social decorrentes dos ajustes efetuados -R\$ 116;
• Estorno crédito PIS e COFINS sobre serviço R\$ 10;
• Recálculo P&D e PEE, correção da atualização financeira e ajuste Procel -R\$ 1.
- (d) Efeito total de todos os ajustes realizados líquido de imposto.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.208	3.517
Construção de infraestrutura da concessão	306	46
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	125	71
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	361	190
Valor de reposição estimado da concessão (1)	(5)	6
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	392	137
Outras receitas	55	46
Receita operacional bruta	5.442	4.013
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.3)	(1.644)	(1.420)
Receita operacional, líquida	3.798	2.593

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Revisão Tarifária

Em 21 de outubro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, a Revisão Tarifária Periódica da Companhia, com vigência a partir de 22 de outubro de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.965/2021. O efeito médio para os consumidores é de 11,10%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o efeito foi de 9,16%, enquanto para os da baixa tensão, de 11,85%.

O diferimento da Compra de Energia de Itaipu, a reversão do saldo remanescente da conta COVID, o uso antecipado dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como financeiro relativo à Bandeira Escassez Hídrica constituídas até setembro/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de outubro/2021.

A variação da Parcela A foi de 10,0%, cujo montante foi de R\$ 2.559, impactada principalmente pelo aumento de 4,32% nos encargos setoriais e 5,94% nos custos com compra de energia com participação de 8,09% no IRT. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 249,99/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 1,92%, perfazendo o montante de R\$ 553, reflexo da inflação acumulada (IPCA)

desde o último reajuste, de 10,25%, deduzida do Fator X, de -0,02%, sendo a participação no IRT de 0,37%. Os componentes financeiros representaram redução de 1,74% e o efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior de 4,38%. O impacto médio final na tarifa ao consumidor foi de 11,10%.

Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica

Em agosto de 2021, através da resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – ('CREG') determinou que à ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica no valor de R\$ 142,00/MWh.

Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 224, a título de Bandeira de Escassez Hídrica.

Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica que continuarão pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bandeiras	31/12/2021		31/12/2020
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores
Jan	Amarela	Amarela	Amarela
Fev	Amarela	Amarela	Verde
Mar	Amarela	Amarela	Verde
Abr	Amarela	Amarela	Verde
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	De julho a agosto/2021 REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	A partir de setembro/2021 Resolução nº 3 MME R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera
Amarela	13,43	18,74	Não altera
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	142

3.1. Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Residencial	2.458	2.383	1.817	1.576
Comercial	1.494	1.481	1.216	1.072
Industrial	63	64	108	41
Rural	152	132	91	60
Poder público	476	474	392	350
Iluminação pública	404	415	186	138
Serviços públicos	333	340	196	175
Consumo próprio	3	1	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	43	(5)
Subvenção e subsídios governamentais (1)	-	-	109	80
Total	5.383	5.290	4.158	3.487

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 109 (R\$ 80 em 2020), sendo: (i) R\$ 6 (R\$ 4 em 2020) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 41 (R\$ 40 em 2020) referentes à subvenção CDE; (iii) R\$ 32 (R\$ 0 em 2020) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 29 (R\$ 8 em 2020) de subvenção CCRBT; e (v) R\$ 1 (R\$ 28 em 2020) de ESS COVID-19.

3.2. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
CVA e neutralidade		
Energia (i)	271	(18)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	214	10
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(14)	48
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	18	38
Neutralidade de encargos setoriais (iv)	(32)	39
PROINFA	10	(11)
	467	106
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (v)	(66)	5
Risco hidrológico	5	(40)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(1)	-
Diferimento de reajuste (vi)	51	-
Compensação ref. Acordos Bilaterais de CCEAR	(21)	2
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vii)	12	-
Outros	(55)	64
	(75)	31
Total	392	137

(i) Energia: CVA ativa, resultante das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2021, e ainda

que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias, conforme determinado pela ANEEL, resultou uma CVA ativa neste ano;

- (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA ativa, resultante das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas no ano em 2021, e ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias, conforme determinado pela ANEEL, resultou em uma CVA mais ativa neste ano;
- (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa em função da REH nº 2.726/2020, com vigência de 1º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1º de julho 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão;
- (iv) Neutralidade de encargos setoriais: Constituição passiva em função da variação de mercado no período;
- (v) Repasso de sobrecontratação: Redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; e
- (vi) Diferimento de reajuste: Constituição ativa em função do diferimento associado aos pagamentos referentes à potência contratada de Itaipu, nos termos do Decreto 10.665/2021.
- (vii) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil-RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, -R\$ 60 à título de antecipação de Crédito PIS / COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 12 em contrapartida da redução da receita.

3.3. Deduções de receita bruta

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(817)	(690)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(413)	(354)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(2)	(2)
	(1.232)	(1.046)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(379)	(344)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(17)	(13)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	4	(2)
Outros encargos (1)	(20)	(15)
	(412)	(374)
Total	(1.644)	(1.420)

- (1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e a energia injetada.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que às premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo, além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	1.818	2.002	(890)	(657)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(400)	(234)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2) (iii)	102	81	65	(54)
Contratos por cotas de garantia física	1.709	1.702	(215)	(185)
Energia adquirida contrato bilateral	1.929	1.939	(607)	(498)
Energia Itaipú	1.279	1.331	(453)	(454)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	244	249	(62)	(69)
Outros	132	135	(50)	(46)
Subtotal	7.213	7.439	(2.612)	(2.197)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	232	197
Total	7.213	7.439	(2.380)	(2.000)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(322)	(283)
Encargos de transporte Itaipú			(37)	(39)
Encargos de conexão			(12)	(8)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (iv)			(339)	(19)
Encargo de Energia de Reserva - EER (v)			21	(31)
Subtotal			(689)	(380)
Créditos de PIS e COFINS			46	29
Total			(643)	(351)
Total dos custos com energia elétrica			(3.023)	(2.351)

- (1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.
(2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do reajuste das tarifas dos geradores e, principalmente, da parcela variável impactada diretamente pelo PLD em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica;
- (ii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual;
- (iii) Redução decorrente da equalização do PLD em 2021 gerando menos excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de excedente financeiro devido a diferença de PLD entre Submercados e, também, pelo menor volume de compra de energia no MCP;
- (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS; e
- (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e das expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciam diretamente na entrada de recurso na conta.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Material	(306)	(46)
Total	(306)	(46)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos/Despesas	31/12/2021			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1) (nota 6.1)	(74)	(38)	(67)	(179)
Administradores	-	(1)	(1)	(2)
Serviços de terceiros	(37)	(66)	(55)	(158)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(40)	(6)	(11)	(57)
Provisão para processos judiciais	-	-	(16)	(16)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	13	6	-	19
Total	(138)	(105)	(152)	(395)

Custos/Despesas	31/12/2020 (Reapresentado)			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1) (nota 6.1)	(128)	(18)	(102)	(248)
Administradores	-	(1)	(3)	(4)
Serviços de terceiros	(36)	(35)	(45)	(116)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(39)	-	(11)	(50)
Provisão para processos judiciais	-	-	(14)	(14)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(9)	-	99	90
Total	(212)	(54)	(79)	(345)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

6.1. Custo e despesa de pessoal

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Remunerações	(63)	(80)
Encargos sociais	(30)	(41)
Auxílio alimentação	(15)	(14)
Convênio assistencial e outros benefícios	(12)	(51)
Rescisões	(39)	(34)
Férias e 13º salário	(23)	(24)
Plano de saúde	(16)	(15)
Participação nos resultados	(6)	-
(-) Transferências para ordens	25	11
Total	(179)	(248)

6.2. Depreciação e amortização

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Quota de depreciação e amortização	(62)	(55)
(-) Crédito PIS/COFINS	5	5
Total	(57)	(50)

6.3. Outras (despesas)/receitas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Seguros	(2)	-
Recuperação de despesa	-	83
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(1)	(1)
Propaganda e publicidade	(3)	-
Multa por inadimplência	6	-
Perdas/alienação/desativação	33	27
Indenização danos elétricos	(1)	(1)
Material	(8)	(4)
Outros	(5)	(14)
Total	19	90

7. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9	5
(-) Tributos sobre receita financeira	(4)	(4)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	71	86
Atualização do ativo financeiro setorial	3	37
Outras receitas financeiras	1	13
	80	137
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (i)	(26)	(24)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(13)	(15)
Atualização de provisões para processos judiciais	(9)	(4)
IOF	-	(1)
Outras despesas financeiras (ii)	(27)	(61)
	(75)	(105)
Outros resultados financeiros, líquidos (ii)		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	(23)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	27	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(35)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	23	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	2	-
	(6)	-
Resultado financeiro líquido	(1)	32

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento no volume da dívida; e

(ii) Empréstimos em moeda estrangeira a partir de 2021.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	118	(172)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(40)	58
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	4	366
Incentivos fiscais	(1)	-
Outras adições (reversões) permanentes	-	(6)
Tributos sobre o lucro	(37)	418
Alíquota efetiva	31%	243%
Corrente	(11)	-
Diferido	(26)	418

8.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2020 (Reapresentado)</u>
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	169	172	11
Diferenças temporárias:			
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	20	18	34
Provisão para processos judiciais	38	36	12
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	36	62	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2	-	-
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(25)	(35)	(40)
Outros	163	166	(1)
Total passivo não circulante	403	419	16

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<u>Ativo</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	16
Efeitos reconhecidos no resultado	418
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	419
Efeitos reconhecidos no resultado	(26)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	10
Saldo em 31 de dezembro de 2021	403

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, são conforme apresentados a seguir:

2022	93
2023	98
2024	113
2025	43
2026	43
Entre 2027 e 2031	4
Entre 2032 e 2036	9
Total	<u>403</u>

8.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2020 (Reapresentado)</u>
IRPJ	51	47	22
CSLL	21	20	11
Total do ativo circulante	<u>72</u>	<u>67</u>	<u>33</u>

8.1.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020) referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

A principal natureza está relacionada a inclusão da despesa de perda não técnica nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020).

8.1.5. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem

sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2. Outros Tributos

8.2.1. Outros tributos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2020 (Reapresentado)</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	23	7	6
Programa de Integração Social - PIS (i)	7	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	32	-	-
Outros	1	2	-
Total	<u>63</u>	<u>9</u>	<u>6</u>
Circulante	10	4	-
Não circulante	53	5	6

(i) Impacto do ressarcimento à consumidores no valor de R\$ 36 e R\$ 167 (31/12/2021), R\$ 25 e R\$ 112 (31/12/2020) e R\$ 12 e R\$ 57 (01/01/2020) para PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.3).

8.2.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	255	287	609
Programa de Integração Social - PIS	6	6	15
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	35	39	77
Impostos e contribuições retidos na fonte	1	1	1
Outros	5	5	8
Outros tributos a recolher	302	338	710
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	29	35	42
Programa de Eficiência Energética - PEE	43	76	71
Outros	13	12	14
Encargos setoriais	85	123	127
Total	387	461	837
Circulante	228	171	529
Não circulante	159	290	308

8.3. Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para: (a) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (b) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

A Companhia ingressou com a ação em junho de 2017, na qual teve o deferimento da liminar em setembro do mesmo ano. Sendo assim, a partir da competência seguinte, outubro de 2017 até novembro de 2018, a Companhia passou a excluir o ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e repassou o montante através do percentual efetivo para seus consumidores.

A partir de dezembro de 2018 até fevereiro de 2021, a empresa registrou um passivo de PIS e COFINS na ordem de R\$ 165, sendo: R\$ 154 principal e R\$ 11 atualização, a ser devolvido ao cliente na forma a ser definida pelo órgão regulador após a ocorrência do trânsito em julgado.

Após o julgamento dos Embargos de Declaração no STF, e diante da necessidade de recálculo dos valores à luz do entendimento firmado em torno do expurgo do ICMS pelo valor destacado e não mais o valor devido adotado inicialmente, a Companhia constituiu um ativo suplementar de R\$ 38, sendo: R\$ 31 principal e R\$ 7 atualização. Esse montante refere-se aos períodos de abril de 2017 a setembro do mesmo ano.

Apresentamos a seguir a movimentação do ressarcimento à consumidores:

Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	69
Constituição	65
Atualização monetária	3
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	137
Constituição	53
Atualização monetária	13
Saldo em 31 de dezembro de 2021	203
Não circulante	203

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>	<u>01/01/2020 (Reapresentado)</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	21	129	69
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	49	170	280
Fundos de investimento	419	-	-
Total	489	299	349

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020 (Reapresentado)</u>			<u>01/01/2020 (Reapresentado)</u>		
	<u>Recebível</u>	<u>Perda de créditos esperadas</u>	<u>Contas a receber, líquidos</u>	<u>Recebível</u>	<u>Perda de créditos esperadas</u>	<u>Contas a receber, líquidos</u>	<u>Recebível</u>	<u>Perda de créditos esperadas</u>	<u>Contas a receber, líquidos</u>
Fornecimento de energia (nota 10.1)	782	(84)	698	584	(132)	452	623	(118)	505
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	33	-	33	46	-	46	23	-	23
Disponibilidade da rede elétrica	3	-	3	3	-	3	3	-	3
Subvenções e subsídios governamentais (nota 10.3)	40	-	40	7	-	7	28	-	28
Outros recebíveis	108	(5)	103	137	(23)	114	89	(9)	80
Total	966	(89)	877	777	(155)	622	766	(127)	639
Ativo circulante			842			539			574
Ativo não circulante			35			83			65

10.1. Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020 (Reapresentado)		01/01/2020 (Reapresentado)	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	298	(27)	230	(67)	220	(40)
Comercial	183	(33)	127	(36)	121	(24)
Industrial	12	(3)	10	(2)	10	(1)
Rural	17	(2)	10	(1)	9	(1)
Poder público	60	(9)	54	(25)	54	(26)
Iluminação pública	23	(7)	14	-	29	(25)
Serviço público	22	-	15	(1)	15	(1)
Não faturado	167	(3)	124	-	165	-
Total	782	(84)	584	(132)	623	(118)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	31/12/2021		31/12/2020 (Reapresentado)		01/01/2020 (Reapresentado)	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	463	(7)	325	-	360	-
Saldos vencidos:	319	(77)	259	(132)	263	(118)
90 dias	185	(10)	146	-	164	-
Entre 91 e 180 dias	41	(7)	46	(36)	42	(35)
Entre 181 e 360 dias	29	(4)	13	(54)	6	(49)
Acima de 361 dias	64	(56)	54	(42)	51	(34)
Total	782	(84)	584	(132)	623	(118)

10.2. Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Saldo inicial do exercício	(155)	(127)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	27	(49)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	39	21
Saldo final do exercício	(89)	(155)

10.3. Subvenções e subsídios governamentais

Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ('CREG'), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional.

O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 KWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro.

Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 32 (nota 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.

10.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2021			31/12/2020 (Reapresentado)			01/01/2020 (Reapresentado)		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade									
Energia	291	-	291	19	(62)	(43)	220	(2)	218
Encargo de Serviço do Sistema – ESS (nota 3.3)	231	-	231	22	11	33	-	(70)	(70)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	-	2	(14)	28	14	15	(42)	(27)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	19	-	19	-	(1)	(1)	17	(1)	16
Neutralidade de encargos setoriais	-	(33)	(33)	1	(5)	(4)	3	(21)	(18)
Outros	9	-	9	2	(2)	-	4	(1)	3
Componentes financeiros e subsídios									
Repasso de sobrecontratação	6	(226)	(220)	(18)	(159)	(177)	51	(104)	(53)
Risco hidrológico	-	(141)	(141)	111	(255)	(144)	117	(219)	(102)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(37)	(37)	-	(40)	(40)	-	(39)	(39)
Compensação de acordos bilaterais de CCEAR	-	-	-	21	-	21	20	-	20
Passivo conta COVID	-	(2)	(2)	-	-	-	-	-	-
Crédito Consumidor Reversão para modicidade	-	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (1)	12	-	12	-	-	-	-	-	-
Outros	84	(308)	(224)	173	(86)	87	55	(83)	(28)
Total	654	(748)	(94)	317	(571)	(254)	502	(582)	(80)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	347	(168)	179	220	(247)	(27)	71	(117)	(46)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	307	(580)	(273)	97	(324)	(227)	431	(465)	(34)
Total	654	(748)	(94)	317	(571)	(254)	502	(582)	(80)
Ativo circulante			201			-			22
Passivo circulante			-			(149)			-
Passivo não circulante			(295)			(105)			(102)

- (1) O repasse nas tarifas dos créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo. A Companhia constituiu até dezembro de 2021, o montante de R\$ 12 transferido para diferimento em tarifa (nota 8.3).

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direitos	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	502	(582)	(80)
Constituição	720	(462)	258
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(394)	274	(120)
Atualização monetária	60	(23)	37
Antecipação conta COVID (1)	(527)	178	(349)
Transferências	(44)	44	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	317	(571)	(254)
Constituição (2)	1.403	(980)	423
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(764)	733	(31)
Atualização monetária	40	(37)	3
Transferências	(342)	107	(235)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	654	(748)	(94)

- (1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 368 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.
- (2) Em 2021, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 423, com destaque para a CVA de Energia, devido ao aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energética (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021.

A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE – CONTA COVID.

Até o final do exercício de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 36 para amortização da operação financeira da CDE – CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21.

11.1. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e passivos financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORET.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por

qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1. Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> <u>(Reapresentado)</u>
Saldo inicial do exercício	135	151
Baixas	(1)	(22)
Transferência ativo contratual (1)	33	-
Transferência ativo intangível	(1)	-
Ajustes a valor justo (2)	(5)	6
Saldo final do exercício	<u>161</u>	<u>135</u>
Ativo não circulante	161	135

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

(2) Reconhecimento do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica – RTP, no montante de -R\$ 23.

12.2. Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos de contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> <u>(Reapresentado)</u>
Saldo inicial do exercício	125	81
Adições (1)	301	46
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(255)	(3)
Transferências - ativos financeiros (1)	(33)	-
Transferências - outros	10	1
Saldo final do exercício	<u>148</u>	<u>125</u>
Custo	279	255
Obrigações especiais	(131)	(130)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3. Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- De acordo com os contratos de concessão:
 - (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
 - (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
- Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:
 - (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
 - (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
 - (iii) Parcela estimada dos investimentos realizados (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão	Software	Total
Taxa de amortização a.a.	3,91%	20,00%	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	718	9	727
Baixas	(10)	-	(10)
Amortização	(50)	(9)	(59)
Transferências - ativo financeiro (1)	1	-	1
Transferências - ativo contratual (2)	249	6	255
Transferências - outros	(34)	-	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	874	6	880
Custo	2.221	104	2.325
Amortização acumulada	(1.086)	(98)	(1.184)
Obrigações especiais	(261)	-	(261)
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	782	19	801
Amortização	(43)	(10)	(53)
Transferências - ativo contratual (2)	3	-	3
Transferências – outros	(24)	-	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	718	9	727
Custo	1.594	98	1.692
Amortização acumulada	(601)	(89)	(690)
Obrigações especiais	(275)	-	(275)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1. Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado)
Energia elétrica	219	454	169
Encargos de uso da rede	146	39	33
Materiais e serviços	101	30	28
Energia livre	12	12	11
Total	478	535	241
Circulante	466	535	241
Não circulante	12	-	-

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos bancários	707	50	141
Agências de fomento	-	16	33
Mercado de capitais (debêntures)	308	182	214
Empréstimos e financiamentos (1)	1.015	248	388
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	32	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(489)	(299)	(349)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2)	-	(9)
Dívida líquida	556	(51)	30

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado)
Denominados em R\$	519	248	388
Indexados a taxas flutuantes	519	230	353
Indexados a taxas fixas	-	18	35
Denominados em US\$	496	-	-
Indexados a taxas fixas	496	-	-
	<u>1.015</u>	<u>248</u>	<u>388</u>
Passivo circulante	19	121	127
Passivo não circulante	996	127	261

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Custo médio em % CDI (1)	138,4%	278,2%
Custo médio em taxa Pré	6,9%	7,5%
Saldo da dívida	1.015	248
Instrumentos financeiros derivativos	32	-
Dívida total líquida de derivativos	<u>1.047</u>	<u>248</u>

(1) A taxa considera o saldo médio de dívida entre os fechamentos do exercício, o resultado de dívida acumulado 12 meses e o CDI médio do exercício.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio do endividamento da Companhia é de 5 anos. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<u>Principal (1)</u>	<u>Juros (1)</u>	<u>Instrumentos</u> <u>derivativos</u>	<u>Total</u>
2022	-	63	51	114
2023	-	80	45	125
2024	-	72	42	114
2025	231	73	7	311
2026	687	62	(158)	591
Entre 2027 e 2031	300	56	-	356
Total	<u>1.218</u>	<u>406</u>	<u>(13)</u>	<u>1.611</u>

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Saldo inicial do exercício	248	388
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	1.000	-
Amortizações de principal	(250)	(140)
Pagamento de encargos de dívida	(8)	(24)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	29	24
Variação cambial	(4)	-
Saldo final do exercício	1.015	248

(1) No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 1.000, foram: (i) R\$ 500 junto ao Scotiabank com prazo de vencimento de 5 anos; (ii) R\$ 200 junto ao Santander com prazo de vencimento de 5 anos e (iii) R\$ 300 via emissão de debêntures com prazo de vencimento de 7 anos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200
			200

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *Covenants* que são apurados na controladora. Os principais *Covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). Abaixo seguem os principais parâmetros:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 7,1%.

15.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2021</u>
Contratados para proteção de dívidas:	
<i>Swap</i> de moeda - US\$ vs R\$	(32)
Exposição líquida	<u>(32)</u>
Passivo circulante	(4)
Passivo não circulante	(28)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa	
Contratados para proteção de dívidas	(32)
	<u>(32)</u>

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2021</u>	
	<u>Proteção de dívidas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(13)	(13)
Liquidação financeira entradas (saídas)	4	4
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(23)	(23)
Saldo final	<u>(32)</u>	<u>(32)</u>
Ganho (perda) reconhecido no resultado		
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(12)	(12)

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de

hedge e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	<u>Cíveis (ii)</u>	<u>Trabalhistas (i)</u>	<u>Regulatórias (iii)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	22	43	38	103
Adições e reversões, líquidas	3	14	(3)	14
Pagamentos	(4)	(11)	-	(15)
Atualizações monetárias	1	1	2	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	22	47	37	106
Adições e reversões, líquidas	9	3	4	16
Pagamentos	(2)	(16)	(2)	(20)
Atualizações monetárias	(1)	3	7	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28	37	46	111
Circulante				5
Não circulante				106

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

- (i) Provisões Trabalhistas: Ação coletiva ajuizada por um grupo de 250 empregados em que exigem a extensão de benefícios do ACT dos quais foram excluídos por marco temporal daquele instrumento. O processo se encontra em fase de liquidação, com decisão desfavorável para a Neoenergia Brasília, com provisão de R\$ 7.

Ação movida pelo Sindicato em que pleiteiam complementação do piso salarial para os engenheiros da Neoenergia Brasília. Em que pese a condenação tenha recaído para as contratações futuras, na interpretação da empresa, o Sindicato move cumprimento de sentença em que exige o pagamento de R\$ 6 aos empregados envolvidos.

- (ii) Provisões Cíveis: Eletronorte: Ação movida em face da Neoenergia Brasília para requerer alugueis pela parcela de imóvel vendido e não entregue em sua totalidade, em virtude de não desocupação pela ASCEB. Os valores de alugueis estão estimados em R\$ 3.

ASCEB: Ação com trânsito em julgado com condenação para pagamento de indenização pelas acessões e benfeitorias do imóvel, em valor a ser definido em liquidação por arbitramento. Cumprimento de Sentença ajuizado, processo em fase de liquidação, com valor provisionado em R\$ 8.

- (iii) Provisões Regulatórias: Ação anulatória de Auto de Infração da ANEEL referente à multa decorrente de fiscalização dos pedidos de ressarcimento de danos elétricos em 2007. A multa perfaz o valor atualizado de R\$ 20.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2020</u> (Reapresentado)
Processos cíveis (i)	20	2	1
Processos trabalhistas (ii)	15	5	1
Processos fiscais (iii)	25	13	14
Outros processos	87	73	73
Total	147	93	89

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

- (i) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros.
- (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020 (Reapresentado)
Processos cíveis	1	1	-
Processos trabalhistas	6	5	2
Outros Processos	16	17	17
Total	23	23	19

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Caução em garantia (1)	2	1	1
Devoluções a consumidores (i)	64	23	11
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	19	21	18
Plano assistencial	-	1	1
Outros	4	3	8
Total	89	49	39
Circulante	87	48	36
Não circulante	2	1	3

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (i) Devolução no montante de R\$ 32 (nota 10.3)

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”); (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>01/01/2020</u>
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	50	50	24
Outros benefícios	78	73	109
Benefícios de longo prazo – Pós-emprego	9	2	16
Total	<u>137</u>	<u>125</u>	<u>149</u>
Passivo circulante	58	58	28
Passivo não circulante	79	67	121

- (1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulante.

18.1. Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez, no formato de benefício definido e contribuição definida, assim constituídos:

- Plano previdenciário FACEB BD e FACEB SALDADO, ambos instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD) e fechados para novas adesões; e
- Plano previdenciário denominado CEBPREV, na modalidade de Contribuição Definida (CD), não reconhecido como benefício pós-emprego e por essa razão não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação pós-emprego.

Os Planos de Benefícios FACEB BD e SALDADOS são financiados por contribuições de participantes, assistidos e patrocinadora, definidas anualmente pela FACEB, de acordo com o plano de custeio. Atualmente, além das contribuições normais, os Participantes, Assistidos e Patrocinadora efetuam contribuições extraordinárias para equacionamento de déficit.

Em julho de 2020 o Plano BD passou por um processo de saldamento, no qual ocorreu a migração de participantes e assistidos para os Planos FACEB SALDADO e CEBPREV, ocasionando uma redução no passivo atuarial do plano.

Após saldamento as dívidas dos contratos de equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018 e o déficit do Plano BD, de responsabilidade da patrocinadora, foram consolidados em um único contrato de confissão de

dívidas (4º equacionamento), atualizados mensalmente pela variação do INPC-IBGE e capitalização mensal de juros à taxa de 5% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do contrato de equacionamento de dívidas era de R\$ 78 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2020).

A gestão dos planos de benefício é realizada pela FACEB – Fundação de Previdência do Empregados da CEB (“Curador”, gestor externo à Administração da Companhia, responsáveis pela governança e com obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Ativos	Assistidos	Situação	31/12/2021 Condição financeira
Planos de benefícios definidos				
FACEB - Faceb Saldado	22	493	Fechado	Deficitário
FACEB - Plano BD	18	228	Fechado	Deficitário
	40	721		
Planos de contribuição definida				
FACEB - CEBPREV	538	1.064	Aberto	N/A
	538	1.064		
Total	578	1.785		

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 5% a.a., com amortização mensal.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	Vencimento
Planos de benefícios definidos			
Equacionamento PREV FACEB 16	1	1	Março/2036
Equacionamento PREV FACEB 17	1	1	Julho/2036
Equacionamento PREV FACEB 18	3	2	Novembro/2038
Equacionamento PREV FACEB 20	4	4	Julho/2038
	9	8	
Planos de contribuição definida			
Equacionamento CEBPREV 2020	38	35	Julho/2038
Planos de benefícios Saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	32	30	Julho/2036
Total	78	73	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	(2.152)	1.766	-	(386)
Custo do serviço	(6)	-	-	(6)
Efeitos dos juros	(98)	-	-	(98)
Contribuições pagas pelos participantes	(3)	3	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	5	-	5
Benefícios pagos pelo plano	60	(60)	-	-
Efeitos de reduções/ liquidações	2.043	(1.645)	-	398
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	81	-	81
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	(156)	150	4	(2)
Custo do serviço	(1)	-	-	(1)
Efeitos dos juros	(11)	12	-	1
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	-	-	(1)
Benefícios pagos pelo plano	20	(20)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	8	-	-	8
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(10)	-	(10)
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(141)	132	-	(9)
Plano deficitário				(9)

	Benefício saldado			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	-	-	-	-
Efeitos dos juros	(6)	6	-	-
Benefícios pagos pelo plano	13	(13)	-	-
Efeitos de reduções/ liquidações	(390)	400	-	10
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	(10)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	(383)	393	(10)	-
Efeitos dos juros	(28)	29	-	1
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	4	-	4
Benefícios pagos pelo plano	26	(26)	-	-
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	28	(66)	-	(38)
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	10	10
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(357)	334	-	(23)

Em função do contrato de dívida contabilizado no plano Saldado, no montante de R\$ 32, ser superior ao montante de R\$ 23, apurado no relatório atuarial, não houve necessidade de ajuste da contabilização.

(i) Proporção das contribuições normais vertidas pelos participantes/assistidos.

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Custo do serviço	(1)	(6)
Despesa com juros de passivos	1	(98)
Total	-	(104)
Alocação dos custos do serviço:		
Resultado do exercício	-	(104)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	8	-
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(10)	81
Mudança de teto de ativo	(4)	4
Outros efeitos	(1)	(29)
Efeito bruto	(7)	56
Tributos sobre o lucro	2	(18)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(5)	38

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido		Benefício salgado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais	(141)	(156)	(357)	(383)
Valor justo dos ativos	132	150	334	393
Efeito do limite do ativo (teto)	-	4	-	(10)
Subtotal (passivo) ativo líquido	(9)	(2)	(23)	-
Complemento do passivo oneroso	-	-	(9)	-
Total (passivo) líquido	-	-	(32)	-
Passivo circulante	-	-	(4)	-
Passivo não circulante	(9)	(2)	(28)	-

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	31/12/2021			Benefício definido 31/12/2020 (Reapresentado)		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
	Investimento direto:					
Título de dívida - Governos	-	84	84	-	95	95
Fundo de investimento imobiliários	-	1	1	-	1	1
Outros	-	5	5	-	6	6
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento - Ações / Quotas	9	-	9	11	-	11
Fundo de investimento - Multimercado	1	-	1	1	-	1
Fundo de investimento - Renda fixa	32	-	32	36	-	36
Total	42	90	132	48	102	150

	31/12/2021			Benefício saldado 31/12/2020 (Reapresentado)		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
	Investimento direto:					
Título de dívida - Corporativo	-	5	5	-	5	5
Título de dívida - Governos	-	200	200	-	237	237
Fundo de investimento	-	2	2	-	2	2
Outros	-	32	32	-	37	37
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento - Ações / Quotas	25	-	25	30	-	30
Fundo de investimento - Multimercado	4	-	4	5	-	5
Fundo de investimento - Renda fixa	66	-	66	77	-	77
Total	95	239	334	112	281	393

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	31/12/2021	
	Benefício definido	Benefício saldado
2022	10	28
2023	10	27
2024	10	27
2025	10	27
2026	10	26
Entre 2027 e 2031	46	125
Total	96	260

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 4 para os Planos BD e Saldado no exercício de 2022.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020 (Reapresentado)	
	Benefício definido	Benefício saldado	Benefício definido	Benefício saldado
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	149	375	159	392
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	5,69%	5,12%	62,50%	98,26%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	11,88	10,72	13,15	11,46
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	133	340	152	374
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-5,18%	-4,69%	63,33%	99,33%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	11,08	10,02	13,15	11,46

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/12/2021		31/12/2020 (Reapresentado)	
	Benefício definido	Benefício saldado	Benefício definido	Benefício saldado
Taxa média nominal de desconto	8,42%	8,26%	6,87%	3,45%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	3,00%	N/A	3,34%	N/A
Taxa real de inflação dos custos	N/A	0,00%	N/A	0,00%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,00%	3,34%	3,50%
<i>Duration</i> (em anos)	11,47	10,36	13,33	11,46
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb-v.2015 M&F	BR-EMSsb-v.2015 M&F	AT-2000 M&F, suavizada em 10% INPC	AT-2000 M&F, suavizada em 10% INPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	N/A	TASA-1927	TASA-1927
Tábua de mortalidade de inválidos	RP2000-DISABLED	RP2000-DISABLED	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de juros – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.

Investimentos e volatilidade – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos, tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Hipóteses atuariais e econômicas – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo – pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir

o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias ("ON"), todas sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 797, correspondente a 800.361.879 ações ordinárias e de R\$ 976 em 31 de dezembro de 2020, correspondente a 975.911.618 ações ordinárias escrituradas e sem valor nominal.

A redução do Capital Social da Companhia com consequente extinção de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ocorreu em decorrência da cisão parcial da Companhia e da versão da parcela separada para a CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/Qtde. Ações vs R\$	31/12/2021		31/12/2020 (Reapresentado)	
	Ordinárias	R\$	Ordinárias	R\$
Bahia PCH S.A.	800.361.879	797	-	-
CEB Distribuição S.A.	-	-	975.911.618	976
Total	800.361.879	797	975.911.618	976

19.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	81	246
Total	81	246
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	800.361.879	975.911.618
Total	800.361.879	975.911.618
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	0,10	0,25

19.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

19.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1. Saldos em aberto com partes relacionadas

	31/12/2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas e outros	Total
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar (a)	10	10	20
	10	10	20

20.2. Transações com partes relacionadas

	31/12/2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas e outros	Total
Resultado do período			
Custos dos serviços (a)	(85)	(85)	(170)
	(85)	(85)	(170)

20.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) firmados entre as Companhias do Grupo.

20.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
	Salários e benefícios recorrentes	1
Benefícios de longo prazo	1	-
	2	4

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	31/12/2021			31/12/2020 (Reapresentado)		01/01/2020 (Reapresentado)	
	CA	VJORA	VJR	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	70	-	419	299	-	349	-
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	-	-	-	9
Contas a receber de clientes e outros	966	-	-	777	-	766	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	201	-	-	-	-	22	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	161	-	135	-	151
Total	1.239	-	580	1.076	135	1.137	160
Passivos financeiros							
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	478	-	-	535	-	241	-
Empréstimos e financiamentos	1.015	-	-	248	-	388	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	295	-	-	254	-	102	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	32	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	1	-	-	-	-	-	-
Total	1.789	32	-	1.037	-	731	-

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade).

21.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	31/12/2021			31/12/2020 (Reapresentado)		01/01/2020 (Reapresentado)		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	419	-	419	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	9	-	9
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	161	161	135	135	-	151	151
	419	161	580	135	135	9	151	160
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	32	-	-	-	-	-
	32	-	32	-	-	-	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ (5) e R\$ 6, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	31/12/2021		31/12/2020 (Reapresentado)	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Saldo contábil
Empréstimos e financiamentos	1.015	1.028	248	388

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6. Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento.

21.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Venci- mento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
		(Reapresentado)			(Reapresentado)	
Ativo	US\$ 89	US\$ -	2026	503	-	(32)
Passivo	R\$ 505	R\$ -		(535)	-	
Líquido				(32)	-	

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via opções e *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa, em 31 de dezembro de 2021, US\$ 1 é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa, em 31 de dezembro de 2021, € 1 é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,5805	(496)	(124)	(248)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Queda do Dólar		503	126	252
Exposição Líquida				7	2	4

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,5805	(7) 7	2 (2)	3 (3)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,3210	(4) 4	1 (1)	2 (2)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado a Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	470	42	(11)	(21)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(519)	(56)	(14)	(28)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(535)	(59)	(15)	(29)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (1)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2023	2.099	204
2024	2.203	227
2025	2.220	229
2026	2.334	178
2027	2.591	191
Entre 2028 e 2031	11.538	815

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elena León Muñoz
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Eduardo Capelastegui Saiz
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

Luciana Maximino Maia
Superintendente de Contabilidade

DIRETORIA

Frederico Jacob Candian
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro

Juliano Pansanato de Souza
Diretor de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **Neoenergia Distribuição Brasília SA.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede no Setor SMAS Parkshopping, S/N, Zona Industrial, TR 1 LT a Bloco 1, Sala 401, Torre 1, 4º, 5º e 6º pavimentos, Guar, Distrito Federal - CEP: 71219-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n 07.522.669/0001-92, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA alusivas ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

Frederico Jacob Candian
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro

Juliano Pansanato de Souza
Diretor de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação